



A SITUAÇÃO DA VIOLÊNCIA EM CURITIBA: ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DAS MORTES POR CAUSAS EXTERNAS (1980/2004)

André Augusto Leandro do Santos
andreaugusto@hotmail.com
IBPEX

David Celinsk
davidcelinski@ufpr.br
IBPEX e Escola Técnica da UFPR

Marcelo Bordin
marcelobordin@hotmail.com
UFPR e IBPEX

RESUMO

O presente artigo pretende evidenciar a evolução do número das mortes por causas externas do SIM/DATASUS, levando em conta a produção bibliográfica referente ao assunto, na cidade de Curitiba, no período de 1980 a 2004. Analisando a evolução dos homicídios, suicídios e das mortes no trânsito, em relação ao Estado do Paraná e em relação ao Brasil, verificar quais as possíveis variáveis que influenciam no aumento desse tipo de violência. Essa análise pretende demonstrar que a evolução dessas mortes por causas externas acompanha a evolução populacional e entender por que elas não sofrem reduções no município de Curitiba, mesmo quando da implementação de políticas públicas específicas que objetivem uma melhoria nesses indicadores negativos.

PALAVRAS-CHAVES: Mortes por Causas Externas, Homicídios, Suicídios

INTRODUÇÃO

No ano de 2008, a nação brasileira assistiu o aniversário de 20 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, que buscou garantir inúmeros direitos, mas o Brasil experimenta ainda elevados indicadores de violência, seja de crimes contra o patrimônio seja de crimes contra a vida.

Apesar de vivermos em um Estado Democrático de Direito, legalmente constituído e baseado em uma constituição denominada “Cidadã”, as instituições do sistema de justiça criminal, em especial as organizações policiais, que atuam diretamente com a população, não acompanharam com a devida transparência e rapidez às mudanças que a nova Constituição Federal propôs no âmbito da proteção da dignidade humana.

Essa situação fica evidenciada para a sociedade civil em geral, trazendo a tona à ineficiência e total despreparo das instituições policiais na resolução dos mais variados tipos de crimes, interferências em conflitos sem violência letal e falta de preparo para proteger os cidadãos que mais necessitam e que na sua totalidade são tratados como possíveis suspeitos¹, alimentando

¹ Dentre as práticas comuns de manutenção desse estado de suspeição constante podemos verificar as revistas de suspeitos mais pelas suas características físicas e de suas vestes e também as práticas militarizadas de policiamento ostensivo chamadas de RONDAS, em sua maioria caracterizada por viaturas ou 4 ou 5 policiais esquadrihando o espaço em busca de pessoas suspeitas, baseadas única e exclusivamente nos conceitos e experiências de cada policial (FERNANDES, 1989).

uma espiral sem fim da violência urbana, que atingem em geral as populações periféricas, pobres e negras (MORAES, 2000, PINHEIRO, 1997), alimentando cada vez mais a engrenagem da violência.

A manutenção de enclaves autoritários em diversos postos civis da administração estatal (Federal, Estadual ou municipal) no Brasil (ZAVERRUCHA, 2000) contribui para a não adoção efetiva de uma política de segurança pública voltada para a defesa dos indivíduos, mas apenas para a manutenção da Ordem Pública, desprezando a idéia de que as instituições policiais devem ser um elemento de resolução pacífica de conflitos, utilizando a força apenas como último recurso e dentro dos limites legais.

As discussões sobre a violência, criminalidade e segurança pública somente adquirem importância na sociedade quando do surgimento de casos de violência extrema que chocam a população, sejam elas praticadas por agentes das instituições policiais ou não, pertencentes a grupos de extermínio, prática comum em quase todo o estado da federação².

Autores como MIR (2004) e SOUZA (2005) nos levam a observar com mais atenção para o fato de que as grandes cidades brasileiras estão em um “clima de guerra civil” dado aos elevados índices de mortes violentas.

Os debates sobre as questões da segurança pública não encontram profundidade na sociedade civil³, fato esse que contribui para a manutenção de políticas do tipo “mais carros policiais, mais armas e mais carros” como única alternativa para se tentar reduzir os altos índices de violência e criminalidade, mantendo-se um padrão de investimentos que não produz reflexos efetivos no campo da redução da violência e da criminalidade.

As políticas públicas de segurança são voltadas apenas para o atendimento de casos específicos em curto prazo, atuando de forma extremamente repressiva, na maioria dos casos⁴, acarretando em um número elevado de casos de violência letal por parte das instituições policiais.

Segundo ADORNO (2002: p. 96):

Embora não se possam fazer generalizações, esta escalada da violência policial pôde ser observada em outros Estados da federação, em especial no Rio de Janeiro, onde são freqüentes as incursões policiais nos morros, favelas e áreas de concentração de habitações populares com o propósito de prender traficantes ou conter o tráfico de drogas. Não raro, essas incursões resultam em mortes de delinqüentes, em confronto com a polícia e são justificadas em nome de resistência à ordem de prisão.

Esse modelo repressivo e violento de planejar e executar ações de segurança pública fica evidente em qualquer cidade do país, seja na cidade do Rio de Janeiro, São Paulo Porto Alegre ou em Curitiba, utilizando-se de um grande aparato policial para ocupar áreas pobres com a

² A violência policial seja letal ou não, aumenta a cada ano no Brasil, apesar de toda “proteção” que a Constituição Federal de 1988 proporciona. Os homicídios praticados por agentes policiais sejam em serviço ou não, evoluem de forma absurda, apesar da implementação dos programas de policiamento comunitário e da existência das disciplinas de direitos humanos nas instituições de ensino policiais. Para melhor compreensão do aumento nos números de violência letal por parte das polícias militares ver BORDIN (2005) e OLIVEIRA JÚNIOR (2004).

³ Apesar da existência de uma esfera de discussão regulamentada sobre segurança pública na maioria dos Estados (conselhos de segurança), ela não representa um elemento decisivo na formação de políticas de segurança pública no Brasil. Para um melhor entendimento ver ZAVATARO (2006).

⁴ Em geral, no Brasil, as instituições policiais atuam em grandes operações em áreas pobres (favelas), visando demonstrar que o Estado detém o controle da situação porém atuando de forma extremamente violenta contra a população dessas áreas, nem sempre com resultados satisfatórios.

justificativa de reprimir crimes e diminuir a violência⁵. Esse modelo vem apenas demonstrar que o aparato coercitivo do Estado serve apenas para controlar e manter sob vigilâncias as chamadas “classes perigosas” (PINHEIRO, Op. Cit.).

Verifica-se que a violência tornou-se a regra em toda a extensão do território brasileiro e atualmente a Saúde Pública tem procurado entender melhor esse intrincado fato social (MYNAIO, 2006), buscando em outras ciências, possíveis interpretações que possam ajudar a propor políticas públicas que minimizem o impacto, seja na redução dos acidentes de trânsito, nos suicídios ou homicídios.

Essas violências que resultam em ferimentos e mortes causam um incontável desperdício de vidas e de recursos econômicos, seja no atendimento as vítimas, seja nos anos produtivos perdidos, e atualmente existe uma grande preocupação por parte das autoridades da área da saúde pública no sentido de entender a violência urbana e proporcionar políticas públicas que visem a reduzir os impactos na área da saúde. Percebe-se então que as mortes por causas externas hoje possuem lugar de destaque na mídia e nas políticas públicas de saúde. Após essa pequena análise do panorama sobre a violência no Brasil depois do que se convencionou chamar de redemocratização, analisaremos a evolução das causas por morte externa no Brasil, no Paraná para finalmente verificar a realidade da Cidade de Curitiba.

A análise será feita com números fornecidos pelo Ministério da Saúde, da base de dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM/DATASUS), que foram publicados em relatórios do próprio ministério da Saúde ou em artigos e estudos científicos sobre o assunto em questão, uma vez que a análise do programa TABWIN disponível na página do Ministério da Saúde é de extrema complexidade e demandaria um tempo maior para uma análise aprofundada. A base de dados escolhida para esse artigo leva em conta o período temporal maior e que, atualmente, possui uma melhor cobertura dos dados referentes às mortes violentas, apesar de possuir alguma deficiência quanto à cobertura e quanto à abrangência de todo o território nacional, e também pela vasta produção acadêmica que esse assunto gerou e gera atualmente.

A utilização da base de dados do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS) prende-se também ao fato que as estatísticas sobre mortes violentas (ou que possuam algum caráter criminal) não possuem uma padronização nos Estados da Federação (que são responsáveis pelas apurações das mortes violentas por causas externas) ou mesmo uma centralização no Governo Federal, gerando uma série de problemas quando da mensuração pela Secretaria Nacional de Segurança Pública uma controvérsia com relação ao ranking de cidades mais violentas do País⁶.

⁵ Em Curitiba, duas áreas da cidade foram “ocupadas” no ano de 2005. A Vila das Torres no dia 28/02/2005 e a Vila Parolim, no dia 05/05/2005. Essas áreas foram ocupadas em virtude de a primeira estar localizada na região da via que é acesso ao aeroporto internacional Afonso Pena, localizado na cidade de São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba), e também por estar próximo a uma famosa universidade da capital e a segunda por estar próximo a bairros de classe média. Essas “ocupações” não lograram êxito, pois não existiu continuidade e também, como se anunciou inicialmente, as ações sociais não foram implementadas com sucesso ou nem chegaram a ser iniciada como foram previstas no início das ações.

⁶ No ano de 2007, a Secretaria Nacional de Segurança Pública elaborou um relatório denominado MAPA DE OCORRÊNCIAS DO BRASIL 2004/2005, utilizando dados fornecidos pelas Polícias Cíveis dos Estados da Federação, gerando com isso um sem número de reclamações por parte dos Secretários Estaduais de Segurança Pública das unidades federadas, de que os dados não poderiam ser utilizados por diversos problemas de coleta e tabulação dos registros de ocorrências, inclusive com registros duplicado e até mesmo com a falta de envio de determinados números, o que gerou uma distorção no *ranking* de posições referente as violências. O relatório esta disponível em

O objetivo geral deste artigo é o de estabelecer uma discussão sobre a atual situação da cidade de Curitiba com relação às causas por mortes externas, ou seja, utilizar uma base de dados da área da saúde e também de trabalhos acadêmicos, para demonstrar as contradições entre a cidade real e a cidade percebida no tocante a esse problema de saúde pública.

Os objetivos específicos são o de tentar criar uma discussão em torno das estatísticas oficiais da área da segurança pública e da saúde, da qualidade desses dados, demonstrar a atual situação das mortes violentas na capital paranaense e alimentar o debate sobre a situação de desagregação social em que nos encontramos.

As mortes por causas externas no Brasil

O Brasil é o maior país Latino Americano e possui índices de mortes violentas que excede a qualquer um de nossos vizinhos do continente (BEATO & MARINHO, 2007), ultrapassando países que se encontram em estado de guerra civil, como a Colômbia, ou países em que grupos guerrilheiros tentavam tomar o poder, como foi o caso do Peru há alguns anos atrás. Segundo o Human Rights Council (2008. p.03):

O Brasil tem um dos mais elevados índices de homicídios do mundo, com mais de 48.000 pessoas mortas a cada ano. Os assassinatos cometidos por facções, internos, policiais, esquadrões da morte e assassinos contratados são, regularmente, manchetes no Brasil e no mundo. As execuções extrajudiciais e a justiça dos vigilantes contam com o apoio de uma parte significativa da população que teme as elevadas taxas de criminalidade, e percebe que o sistema da justiça criminal é demasiado lento ao processar os criminosos. Muitos políticos, ávidos por agradar um eleitorado amedrontado, falham ao demonstrar a vontade política necessária para refrear as execuções praticadas pela polícia.

Além dos homicídios, as mortes no trânsito são fatores que influenciam na qualidade de vida no Brasil, elevando custos com atendimentos hospitalares de emergência e também influenciando na expectativa de vida, além é claro dos anos produtivos perdidos que poderiam ser evitados (CARLOS DA SILVA, 2003).

Ainda com relação ao acidentes de trânsito, WAISELFISZ (2008) em um estudo para a RITLA (Rede de Informação Tecnológica Latino Americana), sobre as violências nos municípios brasileiros, os acidentes com vítimas fatais aumentaram em 19%, no período compreendido entre 1994 e 2006, sendo que em números brutos essas mortes passaram de 29.527 para 35.146, no período estudado.

Ainda segundo a análise do estudo (WAISELFISZ, *op. Cit.*), os principais veículos envolvidos nos acidentes com vítimas fatais, seriam carros e camionetes, além motocicletas e pedestres, sendo que as motocicletas atualmente estão entre os veículos que mais se envolvem em acidentes com mortes, notadamente a partir do ano de 2002. Com relação aos acidentes de trânsito, em novembro de 2008 houve uma mudança nos índices de tolerância dos níveis de álcool no sangue, sendo que atualmente a punição seria mais rigorosa, em tese, porém em grande uma grande maioria das cidades brasileiras a lei “não pegou”, e os índices de redução de letalidade nos acidentes de trânsito sofreu pouca⁷, tendo por influência a baixa fiscalização por parte das autoridades de trânsito.

<http://www.mj.gov.br/Senasp/data/Pages/MJCF2BAE97ITEMIDC5C3828943404A54BF47608963F43DA7PTBRIE.htm>.

⁷ “Após 3 meses de lei seca, número de acidentes fatais tem queda de 8%” - Após três meses de vigência da **lei seca**, a queda nos acidentes fatais foi de 8%. O balanço dos números no primeiro trimestre da lei seca nos 61 mil quilômetros de rodovias federais foi divulgado nesta segunda-feira (22).

Aliado aos fatores “acidentes de trânsito” e “homicídios” temos a categoria “suicídio” na análise dos dados do Ministério da Saúde, que atualmente é uma preocupação enorme para as autoridades de saúde, em razão dos elevados índices de ocorrências. Segundo GAWRYSZEWSKI *et al.* (2004, p. 999):

Os resultados mostram a ocorrência de 6.778 mortes por suicídios no Brasil em 2000, correspondendo a 5,7% do total. Os coeficientes encontrados foram: 4,0/100 mil (6,5/100 mil homens e 1,6/100 mil mulheres). A representação proporcional das tentativas de suicídio na morbidade é ainda menor que na mortalidade (1,5% do total de internações). Embora as proporções sejam pequenas, observa-se uma maior aproximação entre os percentuais de vítimas dos sexos masculino e feminino, entre as vítimas não-fatais quando comparadas às fatais. Mais da metade dessas internações foi determinada por intoxicações (59,6%), seja por medicamentos (21,5%) ou mais freqüentemente por outras substâncias (38,1%).

No Brasil os casos de suicídio chegaram a 7.729 mortes no ano de 2002, segundo dados do Ministério da Saúde, sendo que aproximadamente 6.028 (78%) correspondem a pessoas do sexo masculino e 1.694 (22%) a pessoas do sexo feminino, sendo que a faixa etária dos 15 aos 24 anos somam 1.638 (21%) dos casos (WASELFSZ, *op. Cit.*). Através dessa pequena análise do panorama nacional, o Brasil, não está numa posição confortável com relação às causas por mortes externas, somando a estes números a falta de políticas públicas séria e que sejam capazes de interferir no aumento dos números, mas também que possam atuar de forma mais prolongada especialmente no que diz respeito aos homicídios e aos acidentes de trânsito, atuando na educação e na mudança cultural das pessoas com relação à vida humana.

As mortes por causas externas no Paraná

Com relação às mortes por causas externas, o Estado do Paraná não apresenta um panorama diferenciado do restante do País ou e até lidera na região Sul, panorama este reconhecido pela Secretaria Estadual de Saúde do Paraná: “*A violência está contida neste grupo e o Paraná com 12,1% do total de óbitos por este grupo de causas encontra-se percentualmente menor que o Brasil como um todo, mas percentualmente mais elevado que a região sul.*”. (SESA PR, 2002).

Partindo dessa citação da Secretaria Estadual da Saúde do Estado do Paraná podemos entender que as mortes por causas externas continuarão a ceifar inúmeras vidas, seja pelo aumento do número de carros circulando em nosso Estado, seja pela inexistência de políticas públicas efetivas no campo da segurança e o descaso das autoridades com relação ao aumento no tráfico de drogas, que impulsiona a violência, seja no Brasil seja no Paraná. Segundo a Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Paraná (2006, p.42):

É nas mortes por violências que as taxas de mortalidade entre indivíduos do sexo masculino superam as do sexo feminino em maiores proporções: em cerca de dez vezes mais jovens, 15 a 29 anos; nesta faixa etária é atingido o valor máximo, 50 por cem mil habitantes; se isolarmos neste grupo a faixa etária de 20 a 29 anos, a taxa é de 80 por cem mil. A taxa média do Estado, 20 por cem mil, apresenta-se a variável espacialmente, desde 4,5 por cem mil (Arapongas) até 82,4 em Foz do Iguaçu. Por outro lado esta ocorrência é baixa entre as mulheres em todas as idades. Entre crianças a adolescentes, menores de 15 anos, as taxas são menores de 10 por

Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), esta taxa já foi maior; nos dois primeiros meses de vigência da lei, a queda no número de acidentes fatais era de 13,6%. Segundo a PRF, **a ausência de fiscalização no interior do país, sobretudo nas pequenas cidades, é responsável pela diminuição na tendência de queda dos acidentes fatais registrada nos dois primeiros meses da lei.** Gazeta do Povo, 22/09/2008. Disponível em <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=810509&tit=Apos-3-meses-de-lei-seca-numero-de-acidentes-fatais-tem-queda-de-8>.

cem mil, duplicando entre as mulheres adultas, atingindo 20 por cem mil entre as idosas. Entre homens adultos as taxas aumentam em 5 a 6 vezes entre adultos e idosos, chegando a nível de 60 a 80 por cem mil.

A situação das mortes em acidentes de trânsito no Estado do Paraná e extremamente grave em virtude do aumento da frota circulante⁸ e o Estado apresentou um aumento entre 2006 e 2007 de 9% no número de acidentes⁹, sendo que os homens jovens entre 20 e 29 anos, são aqueles que mais se envolvem em acidentes letais e as mulheres na faixa dos 60 a 79 anos¹⁰, provavelmente em virtude de atropelamentos. Já os homicídios aumentam de forma acelerada em todas grandes cidades do Estado, sendo que a cidade de Foz do Iguaçu em 2007, a média foi de 94,1 contra 98,7 assassinatos para cada 100 mil pessoas registrados anteriormente (WAISELFISZ, *op. Cit.*).

A violência nessa área do Estado do Paraná, que tem grande parte dela banhada pelo lago da Hidroelétrica de Itaipu, em uma região de tríplice fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai), entrada de produtos falsificados contrabandeados, drogas e armas, aliado a falta de perspectivas por parte jovens da cidade, serve de combustível para um círculo vicioso e sem grandes expectativas de mudanças a curto e médio prazo. Segundo GOES JUNIOR (2006), a cidade de Foz apresenta um elevado índice de mortalidade de jovens entre 15 e 18 anos, sendo que 93% são de homens, sendo que 21% foram mortos por envolvimento com traficantes de drogas ou uso de drogas e uma parcela de 5% desses jovens foi morta em confrontos com agentes policiais, demonstrando a parcela que o Estado tem nos números de violência, não só em Foz, no Paraná, mas em todo o Brasil.

Abaixo temos um gráfico que demonstra o aumento da violência letal da Polícia Militar do Estado do Paraná contra civis em confrontos, a partir de 1990 até o ano de 2004, sendo que nos anos de 2005, 2006 e 2007 a tendência de crescimento continuou e segundo informações não oficiais, para o ano de 2008 esse número já se ultrapassou os anteriores.

Além da região da fronteira, recentemente abalada pelo assassinato de 15 pessoas em uma chácara na região de Guairá, as maiores cidades do Paraná enfrentam também índices alarmantes de homicídios, sendo que as da região metropolitana apresentam números elevados, apesar de cidades com populações que não ultrapassam os 200 mil habitantes.

No gráfico abaixo temos uma idéia da evolução dos números absolutos dos homicídios no Estado do Paraná, de 1980 até 2004, segundo o DATA/SUS do Ministério da Saúde, evidenciando a constante tendência de crescimento dos homicídios.

Com relação aos casos de suicídios, o Estado do Paraná não possui uma situação tranqüila, mas pelo contrário, aumentam a cada ano e demonstram um nível de desagregação social enorme. Guarapuava, Ponta Grossa, Apucarana, Londrina e Colombo são os municípios do Paraná com as maiores taxas de suicídio, ficando além da média do país. Para o ano de 2003 a Secretaria de Estado da saúde do Paraná informava que as taxas de suicídios no Estado nas

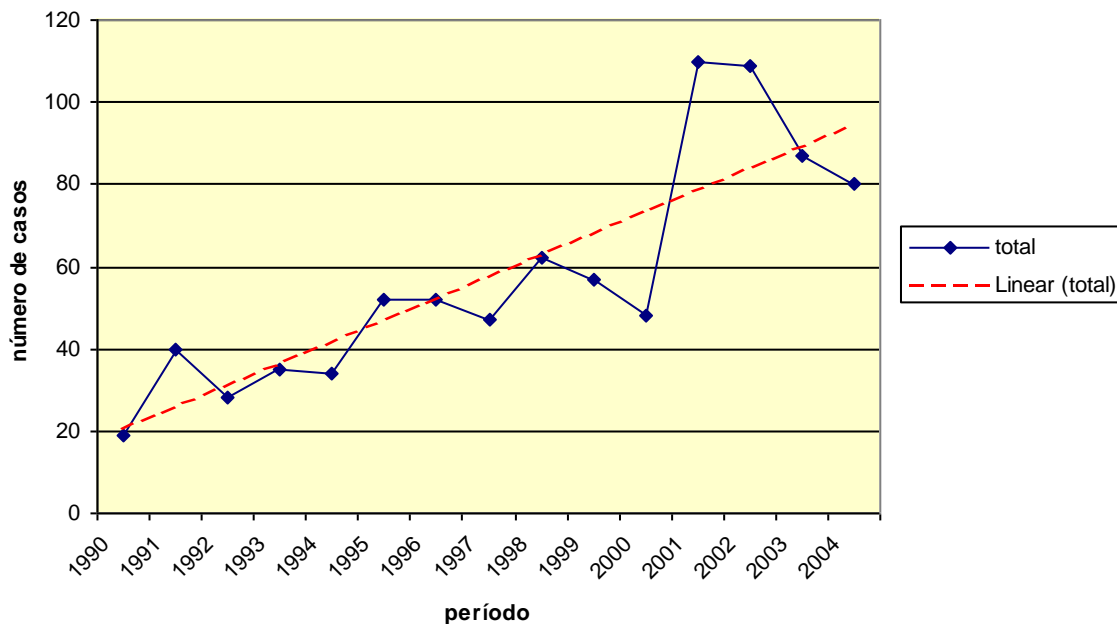
⁸ As estatísticas de trânsito contidas neste anuário mostram que é cada vez maior o número de acidentes nas ruas e estradas do Paraná, assim como o número de vítimas. Em 2005, aconteceram 38.329 acidentes graves, que resultaram em mortes ou feridos. O aumento é de 4,72% em relação a 2004, quando foram registrados 36.601 acidentes com vítimas. O número de mortos e feridos cresceu ainda mais. Em 2005, 53.717 pessoas morreram ou ficaram feridas em acidentes de trânsito, número 5,11% maior do que o ano anterior, quando 51.104 pessoas foram vítimas de acidentes. Das vítimas de 2005, 1.631 morreram e 52.086 ficaram feridas. Anuário Estatístico 2005, DETRAN do Paraná.

⁹ <http://www.detran.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=131>

¹⁰ http://200.189.113.52/vigiepi/boletim/Primavera_2002/transito.htm

faixas etárias de 15 aos 29 anos, dos 30 aos 59 e acima de 60 anos, tanto para homens como para as mulheres, ficam no mesmo nível, não existindo diferenças significativas, fator este que demonstra a necessidade de políticas públicas constantes para todas as faixas etárias a partir do 15 anos. No caso das mulheres no Estado do Paraná, temos uma maior índice de suicídios na faixa etária que compreende dos 15 aos 29 e dos 30 aos 59 anos, caindo após os 60 anos de idade.

Homicídios cometidos por policiais militares em serviço no Estado do Paraná (1990/2004)



Fonte: BORDIN, 2005

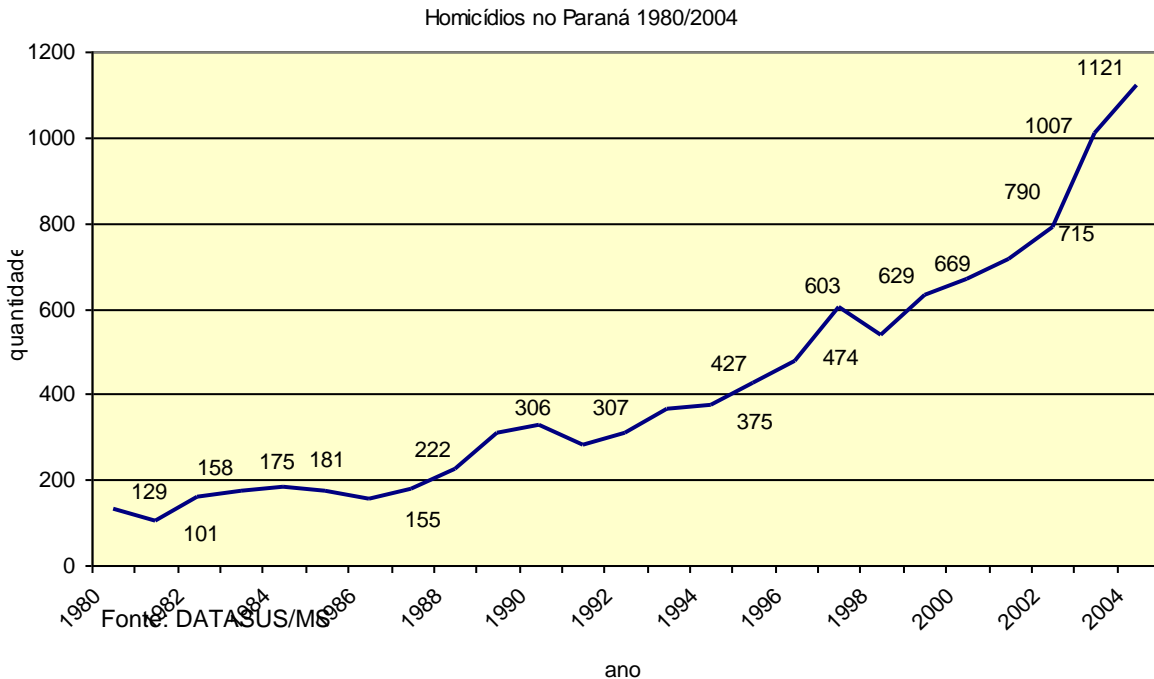
AS MORTES POR CAUSAS EXTERNAS EM CURITIBA:

Violência, criminalidade e exclusão na cidade “modelo” do país.

As maiores cidades do mundo parecem cada vez mais inseguras e seus moradores cada vez mais têm medo, mas ao analisarmos outras épocas da humanidade verificasse que ela não é uma característica atual apenas de nossas grandes cidades modernas e cada vez mais também das caóticas cidades brasileiras.

O processo de crescimento das cidades brasileiras, alicerçada pela migração das populações rurais para as principais metrópoles do país tem proporcionado um aumento considerável das populações urbana, o Estado, sejam eles municipais, estaduais ou federais, não consegue proporcionar a todas as pessoas condições mínimas de vida digna, é claro que o modelo de

urbanização caótica e sem planejamento na quase totalidade do território urbano brasileiro, nos leva a uma constante evolução nos índices de violências e também de criminalidade, e a Capital do Estado do Paraná, não foge a regra nesse sentido.



Com o crescimento da população e também de um aumento nos números relativos aos crimes e as violências, os preços de imóveis sofrem aumentos (TEIXEIRA & SERRA, 2006) que geram maior especulação imobiliária promovendo um deslocamento daqueles menos favorecidos economicamente para as periferias e para a Região Metropolitana, gerando a demanda por áreas de habitação, porém a maioria sem infra-estrutura e mesmo por ocupações irregulares, gerando conflitos entre populares contra o Estado e os especuladores.

Apesar de toda a fama de “cidade de primeiro mundo” (MENDONÇA, 2002) por apresentar algumas soluções cosméticas em relação a problemas comuns a grande maioria das cidades brasileiras, Curitiba apresenta um elevado índice de homicídios, chegando a estar sempre em primeiro lugar entres as ter capitais da região sul.

A cidade fictícia possui uma excelente imagem para inúmeros turistas e até mesmo para muitos de seus moradores, mas que os números sobre mortes violentas demonstra toda a cidade real, trazendo a tona temas como segregação, racismos e muitos atos violentos gratuitos, atos estes criminosos em busca de valores econômicos até atos de intolerância étnica e de gênero.

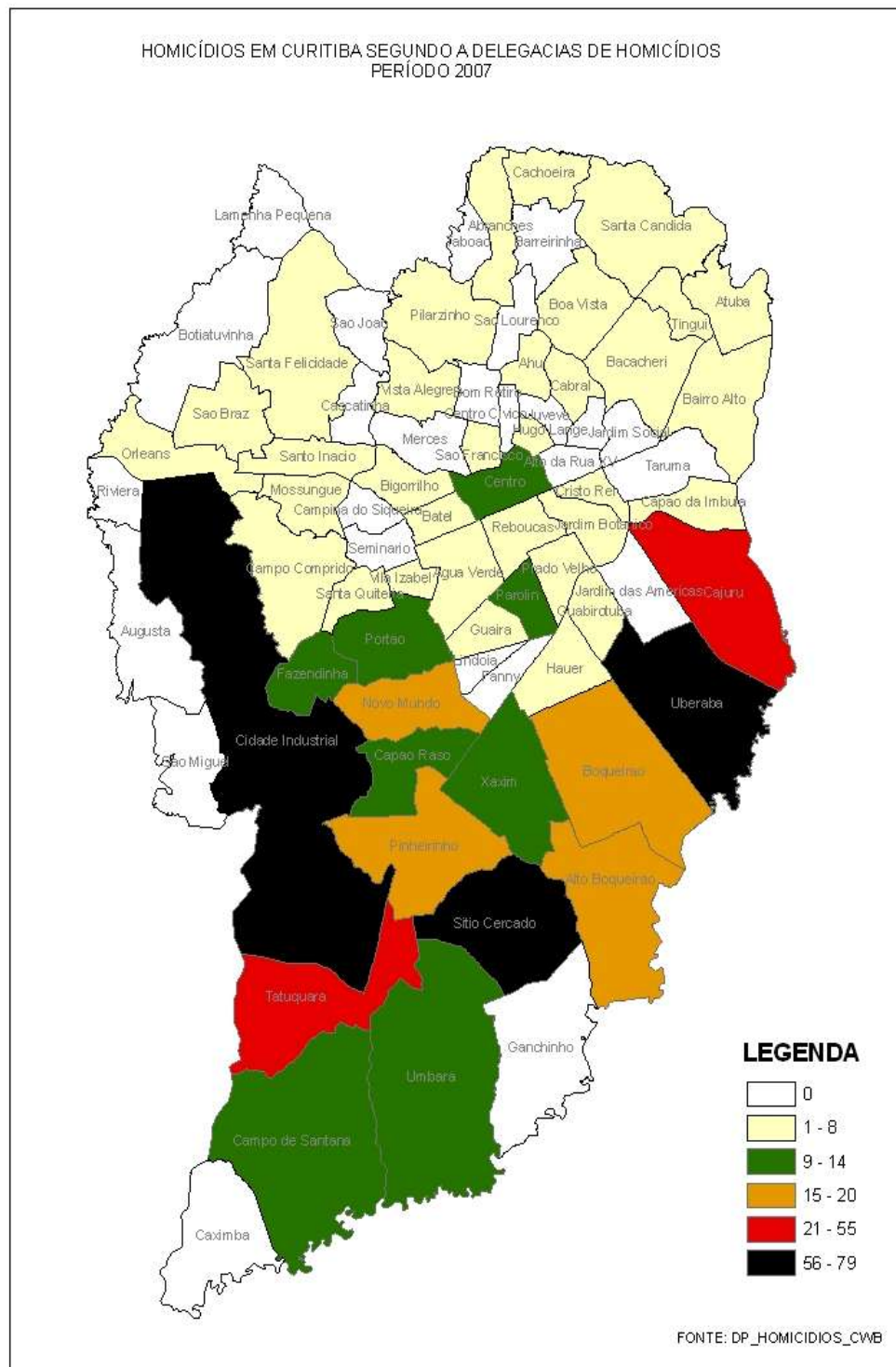


Figura 1: HOMICÍDIOS POR BAIRROS, EM CURITIBA NO ANO DE 2007.

Em Curitiba, com relação aos crimes contra a vida, observamos que as áreas periféricas, com maior densidade demográfica e com baixos níveis de desenvolvimento econômico, e ainda por possuírem características de áreas industriais, como por exemplo, a Cidade Industrial de Curitiba, e bairros com uma história de desenvolvimento recente, caso do bairro Sítio Cercado e Tatuquara e aqueles que possuem altos índices de áreas irregulares em seu território, sendo exemplos deste caso o bairro Uberaba e o bairro Cajuru, este último figurando sempre nas páginas policiais da capital paranaense¹¹.

Os bairros citados anteriormente ainda possuem em suas áreas geográficas inúmeros problemas relacionados ao tráfico de entorpecentes e que gera uma outra dinâmica de seus moradores e também daqueles que por eles circulam, observando que o Estado não atua de forma contínua, deixando uma espécie de “vácuo” facilmente preenchido por traficantes, tendo a participação do Estado nesses bairros limitada a ação das polícias, que geralmente atuam de forma violenta e em determinados horários, atuação esta que geralmente se volta contra a maioria da população honesta.

Já os crimes contra o patrimônio concentram-se nas áreas aonde a possibilidade de lucro é maior e o custo será mínimo, em virtude de uma série de fatores, como por exemplo, o grande volume de pessoas no bairro Centro, que irá favorecer uma fuga mais fácil, e também pela maior circulação de dinheiro que este bairro tem. Verifica-se também que os crimes contra o patrimônio possuem maior incidência em áreas limítrofes de áreas pobres e áreas ricas, remetendo a áreas específicas de cometimento de crimes de roubo e furtos.

Não queremos afirmar aqui que existe uma relação entre pobreza e criminalidade ou violência, fato este já tratado em diversos estudos e que não ficou comprovada tal relação, mas sim tentar demonstrar que essas áreas limítrofes são áreas “conflituosas” e onde as mazelas sociais ficam evidentes.

Numa análise espacial dos homicídios¹² em Curitiba no ano de 2007 realizado pela Secretaria de Segurança Pública foram identificados os bairros citados (Cidade Industrial, Tatuquara, Sítio Cercado, Cajuru e Uberaba) com o maior número de casos e posteriormente na análise de janeiro até agosto de 2008, esses mesmos bairros continuaram a liderar esse vergonhoso *ranking*, salvo por pequenas variações na quantidade de casos em virtude do período analisado ser diferenciado, demonstrando que as intervenções por parte do Estado não foram suficientes para alterar o quadro referente à violência letal na Capital do Estado.

Esses mesmos bairros apontados também são aqueles com maiores problemas com relação aos serviços governamentais em virtude de seu grande número de moradores como a Cidade Industrial (bairro este que ainda conta com uma enorme população pendular em virtude do grande número de indústrias localizadas no bairro) e Sítio Cercado, alguns com áreas enormes de seu território com ocupações irregulares como o Cajuru e o Uberaba e outros pela rápida formação e ocupação de loteamentos como o Tatuquara, sendo que alguns desses problemas ocorrem de maneira conjunta em um ou outro bairro. O gráfico abaixo demonstra a evolução dos homicídios em Curitiba de 1980 até 2004, tendo como base informações do Ministério da Saúde.

¹¹ Essa delimitação quanto aos tipos de crimes em Curitiba pode ser verificada no sítio eletrônico da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, com relação ao ano de 2007 e primeiro semestre de 2008. http://www.seguranca.pr.gov.br/gestao_estatisticas.php

¹² Os casos de homicídios utilizados nos mapas foram aqueles em que o autor é desconhecido e por isso fica a cargo da Delegacia de Homicídios quando ocorrem na Capital do Estado, enquanto nas demais regiões, esses casos ficam a cargo das Delegacias de cada cidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de uma conclusão e muito longe de se esgotar o assunto sobre a violência urbana e suas mais variadas formas e também longe realizar uma análise aprofundada de dados e com um maior rigor estatístico através das diversas bases de dados existentes, a análise simples realizada nesse singelo trabalho buscou demonstrar a situação que a cidade de Curitiba enfrenta com relação à violência e trazer a tona à discussão em torno de políticas públicas que atuem de forma eficiente a curto, médio e longo prazo.

A situação pede uma mudança nas formas de atuação do poder públicos municipais, que atua mais em função de um modelo de cidade que não leva em considerações as necessidades de sua população e busca atender demandas cosméticas e que são implementadas sem uma aprofundada pesquisa e até mesmo discussão.

A discussão ainda deve ser centrada também na questão de Curitiba ser uma cidade extremamente centralizadora seja em empregos e serviços, mantendo as cidades de sua região metropolitana como “dormitórios”, concentrando ainda recursos e mantendo uma política de não integração com as demais administrações municipais, seja por falta de planejamento ou mesmo de convicções políticas diferenciadas, fatores estes que acabam influenciando de forma negativa no desenvolvimento da região e que acabam contribuindo para um processo de urbanização e conseqüentemente na segregação sócioespacial das populações.

Esse fator de desarmonia urbana e de concentração de renda e de serviços e indústrias faz com que o fluxo de pessoas e veículos e também a grande circulação de dinheiro produz a violência e a criminalidade, e que encontra no poder público o discurso de atuar de forma a “combater” a criminalidade e a violência, mas que acaba aumentando a violência, nesse caso a do Estado, que teria por função a proteção de seus cidadãos.

Nesse aspecto de uma espécie de desarmonia urbana e até mesmo de desagregação social por qual passa a sociedade ocidental, ainda mais as que vivem na chamada periferia mundial, e

que sofrem com o subdesenvolvimento ou que ainda e são considerados em desenvolvimento, as pessoas buscam a atender as suas necessidades mais básicas e por isso não atentam para o respeito para com as outras pessoas e também aquelas que tem um poder econômico mais elevado começam a enxergar todos aqueles que vivem abaixo deles como inferiores e até mesmo como pessoas de “classes perigosas” que devem ser combatidas pelo estado a qualquer custo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. **Exclusão socioeconômica e violência urbana** in Sociologias -Violências, América Latina, Porto Alegre, p. 84-135, 2002.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves; MARINHO, Frederico Couto. **Padrões Regionais de Homicídio no Brasil** in Da Cruz, Marcus V. Gonçalves; Batitucci, Eduardo Cerqueira. **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2007.

BORDIN, Marcelo. **A Política de Segurança Pública no Governo Jaime Lerner (1995 – 2002)**, Curitiba, Monografia de Conclusão de Curso de Ciência Política da Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER), 2005.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Mapa de Ocorrências no Brasil 2004-2005**, 2007.

Disponível em:
<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJCF2BAE97ITEMIDC5C3828943404A54BF47608963F43DA7PTBRIE.htm>

CARLOS DA SILVA, M. G. **Anos potenciais de vida perdidos por causas evitáveis, segundo sexo, em Fortaleza, em 1996-1998**. Epidemiologia e Serviços de Saúde. Volume 12 - Nº 2 - abr/jun 2003 (disponível em portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/4artigo_anos_potenciais_vida_perdidos.pdf)

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. **Rondas à cidade: uma coreografia do poder**. Tempo Social; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 1(2): 121-134, 2º semestre, 1989.

GAWRYSZEWSKI, V. Pinheiro *et all*. **As causas externas no Brasil no ano 2000: comparando a mortalidade e a morbidade**. Cad. Saúde Pública, v. 20 número 4. 2004.

GOES JUNIOR, José Humberto de. **Mortalidade de Adolescentes em Foz do Iguaçu 2001 a 2004: Mitos e Constatações** in LAZZARINI, Valternir. Abandono, Exploração e Morte de Crianças e Adolescentes em Foz do Iguaçu. Fundação Nosso Lar, Foz do Iguaçu, 2006.

HUMAN RIGHTS COUNCIL, **Relatório do Dr. Philip Alston, Relator Especial de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias**, (Documento ONU A/HRC/11/2/Add.2), 2008, disponível em: <http://www.extrajudicialexecutions.org/>

MENDONÇA, Francisco. **Aspectos da problemática Ambiental Urbana da Cidade de Curitiba/Pr e o Mito da “Capital Ecológica”**, GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 12, 2002, disponível em http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp/Geousp12/Geousp12_FranciscoMendonca.htm.

MIR, Luis. **Guerra Civil: Estado e Trauma**. Geração Editorial, São Paulo, 2003.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**, Rio de Janeiro, Editora da Fio Cruz, 2006.

MORAES, Pedro Rodolfo Bode de. **Juventude, medo e violência**, In Mercer, V. (org.). **Violência, Paixão e Discursos: o Averso dos Silêncios**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

OLIVEIRA Júnior, Emmanuel Nunes de. **Políticas Públicas de Controle da Ação Letal das Instituições Policiais em São Paulo**, São Paulo, Dissertação de Mestrado de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2003.

PARANÁ, Departamento Estadual de Trânsito. **Anuário Estatístico 2005**. Disponível em http://www.detran.pr.gov.br/arquivos/File/estatisticasdetransito_anuario2005.pdf.

PARANÁ, Secretaria Estadual de Saúde. **Saúde no Paraná**, Boletim Epidemiológico, ano V, nº 17, 2002. disponível em http://200.189.113.52/igiepi/boletim/Primavera_2002/mortalidade.htm

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Violência, Crime e Sistemas Policiais em Países de Novas Democracias**. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP. Volume 9, número 1. 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Clima de Guerra Civil?: Violência e Medo nas Grandes Cidades Brasileiras** in ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **Que País é Esse?: Pensando o Brasil Contemporâneo**. Editora Globo, São Paulo, 2005.

TEIXEIRA, Evandro Camargo; SERRA, M. A. **O Impacto da Criminalidade no Valor da Locação de Imóveis: O Caso de Curitiba**. Economia e Sociedade (UNICAMP), v. 15, p. 175-207, 2006.

WAISELFISZ, Júlio J. **Mapa da Violência dos Municípios brasileiros 2008**. RITLA (Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana), Brasília, 2008, disponível em <http://www.ritla.net/>.

ZAVATARO, Bruno. **Democracia e Participação nos Conselhos Comunitários de Segurança de Curitiba: Uma Nova Gestão da Segurança Pública?** Curitiba, Monografia de Conclusão do Curso de Ciências Sociais da UFPR.

ZAVERRUCHA, Jorge. **Frágil Democracia: Collor, Itamar, FHC e os Militares (1990 – 1998)**, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000.